

**COMITÊ INVESTIMENTO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO**

**Ata da 5º Reunião Ordinária
Ano 2015**

Data: 23 de julho de 2015

Horário: 15:00hs

Local: Sede do RBPREV

Membros presentes:

Irle Maria Gadelha Mendonça;
Amides Tavares de Souza;
Rodney Barbosa da Silva.

Membro Ausente

Francisco Andrade Cacau Júnior - Férias

Convidados presentes:

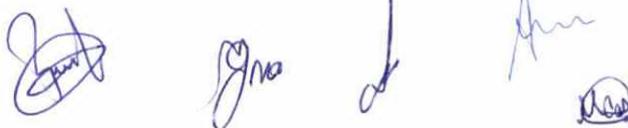
Marcelo Luiz de Oliveira Costa;
Priscila da Silva Melo;
Maria Gecilda Araújo Ribeiro;
Wagner Ronchi – Técnico da UGP – via áudio conferência;
Fabiano Bassan - Técnico da UGP – via áudio conferência.

Ordem do Dia:

1. Cenário nacional e internacional;
2. Análise da carteira do RBPREV e Sugestão de melhorias/alocações;

Encaminhamentos:

Dia 23 de julho de 2015 reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos do RBPREV, abaixo assinados. Em face da ausência do Presidente do Comitê de Investimentos, Francisco Cacau, a secretária Irle Maria Gadelha Mendonça conduziu a reunião. Iniciou dando boas-vindas



aos presentes, agradeceu a presença de todos e passou a apresentar a pauta do dia na seguinte ordem.

Item 01 da Ordem do Dia - Cenário nacional e internacional

Os membros do Comitê de Investimento iniciaram o trabalho fazendo análise e comentários a respeito dos relatórios, elaborados pelas consultorias Crédito e Mercado e Unidade de Gestão Previdenciária do Banco do Brasil, anexos, que falam do cenário do Brasil e no mundo e dos investimentos do RBPREV, visando uma diversificação mais eficiente da carteira, com melhor qualidade em risco, retorno, liquidez e taxas de administração.

Na sequência os membros do Comitê de Investimentos discutiram o fato de que hoje o governo reconheceu que a economia está em recessão e declarou que não cumprirá a meta de economizar para pagar os juros da dívida, anunciada no começo do ano. A explicação oficial é que a freada na economia reduziu fortemente a arrecadação, além de obrigar o governo a cortar gastos.

Na oportunidade, o técnico da UGP Wagner Ronchi ligou para participar da reunião por áudio conferência. Wagner Ronchi falou que o mês de julho está sendo pautado pela forte aversão ao risco em face da instabilidade apresentada tanto no âmbito interno quanto no externo.

Sobre a declaração do Governo Federal que não baterá a meta fiscal, Wagner disse que a declaração só ratificou o que o mercado já sabia. Mesmo assim, apesar do realismo e transparência do Governo Federal, a decisão não foi bem recebida pelo mercado financeiro, todavia acredita-se que esse fato não afetará muito o resultado dos investimentos. "Pode até trazer uma oscilação de curto prazo mas não é ponto de preocupação", disse Wagner.

Wagner falou sobre a instabilidade do mercado internacional, focando na possível alta dos juros americanos, a questão da Grécia - que tem extrapolado as fronteiras do país, atingindo, principalmente, os países integrantes da União Europeia, pondo em cheque o valor do euro e o crescimento da China, muito menor que a expectativa do mercado e pode prejudicar as exportações mundiais.

Com relação a renda variável, a recomendação do consultor é de manter uma exposição reduzida e aguardar uma melhora nos fundamentos que justifique elevar o risco da carteira no curto/médio prazos.

Item 02 da Ordem do Dia - Análise da carteira do RBPREV e Sugestão de melhorias/alocações

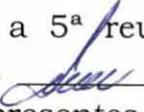
Com relação a carteira de investimentos do RBPREV, considerando o cenário, Wagner afirmou que está bem equilibrada, inclusive ratificou que o resultado do RBPREV é um dos mais positivos entre os Institutos de todo país.

Questionado pela Diretora Irlle Gadelha sobre qual Instituto de Previdência baterá meta atuarial este ano, a resposta foi que nenhum RPPS baterá a meta, além disso, disse que não há milagres. Não existe investimento no mercado que garante a meta atuarial neste exercício, todavia, os papéis mais curtos, que dão lastro aos fundos referenciados DI, Renda Fixa e Multimercados, têm tido os melhores rendimentos do mês dentre as aplicações de renda fixa mais conservadoras.

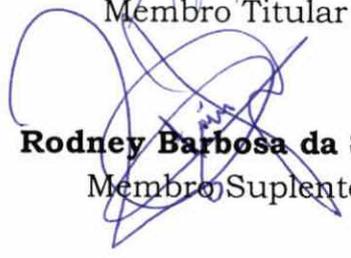
Dando prosseguimento, Fabiano Bassan, técnico da UGP falou sobre o BB RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO – FII. De acordo com Bassan este fundo é uma excelente alternativa para diversificação na carteira, pagando aproximadamente IPCA+ 9%. Irlle Gadelha informou que o Comitê de Investimento definiu, em reunião realizada em 02 de junho de 2015 que alocará R\$ 3.000.000,00(três milhões) neste fundo.

Deliberação:

1. Continuar com uma postura mais conservadora na aplicação dos recursos do RPPS, alocando a maior parte em DI, IRFM1 e IDKA 2.
2. Ratificar o valor de R\$ 3.000.000,00 para investir no fundo BB RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO – FII

Nada mais havendo a tratar, o a Secretária do Comitê de Investimentos do RBPREV agradeceu a presença de todos e a deu por encerrada a 5ª reunião ordinária, da qual eu, **Irlé Maria Gadelha Mendonça** , lavrei a presente ata que será assinada pelos membros presentes.


Amides Tavares de Souza
Membro Titular


Rodney Barbosa da Silva
Membro Suplente


Maria Gecilda Araújo Ribeiro
Convidada


Marcelo Luiz de Oliveira Costa
Convidado

*Atas Reunião do comitê de investimentos
23/07/15*

PANORAMA – JULHO / 2015

O mês de julho foi pautado pela forte aversão ao risco, com os investidores buscando proteção em um ambiente marcado pela intensidade de eventos negativos, tanto no âmbito interno quanto no externo.

De otimista, apenas a notícia de que a Grécia fechou acordo com os credores internacionais. Após a população ir às urnas e rejeitar as propostas feitas pelos credores para resolver a crise financeira do país, o primeiro ministro Alexis Tsipras rendeu-se às exigências dos líderes da zona do euro e assinou um compromisso de acordo para o terceiro pacote de resgate, que mantém o apoio financeiro ao país. Afundada em dívidas, a Grécia se compromete a aumentar impostos, realizar privatizações e reformar o sistema previdenciário. Em contrapartida, receberá uma linha de crédito emergencial de aproximadamente 20 bilhões de euros, e um pacote de socorro que totalizará entre 82 bilhões e 86 bilhões de euros, com carência e prazos mais longos.

Entretanto, o que pesou sobre os mercados foram as notícias negativas que trouxeram um movimento de aversão aos ativos de maior risco.

A notícia de que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva passou a ser alvo de investigação por parte da Procuradoria da República no Distrito Federal fez preço sobre os ativos negociados no mercado. A investigação, por suposto tráfico de influência internacional e no Brasil, decorre da suspeição de que Lula usou sua influência para facilitar negócios da empreiteira Odebrecht com governos estrangeiros onde faz obras financiadas pelo BNDES, principalmente em países da África e da América Latina. Por ser alvo de um procedimento investigativo criminal, o Ministério Público Federal passa a ter prerrogativa de utilizar todas as ferramentas investigativas. A abertura de investigação foi determinada pelo procurador Valtan Timbó Mendes Furtado, que substituiu a procuradora titular do caso, Mirella de Carvalho Aguiar, que estava em férias no início do mês. Em sua defesa, o ex-presidente alegou que o procurador violou os direitos funcionais ao “interferir na apuração preliminar” da procuradora, que ainda não tinha determinado a abertura da investigação, o que não prosperou.

Caiu como uma “bomba” a notícia de que o Deputado Federal e presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ) rompeu relações com o governo. Alegando ser alvo de perseguição por “um bando de aloprados do Planalto”, Cunha vem sendo alvo de ação persecutória pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot. O procurador busca obter elementos que permitam sua denúncia no processo da operação Lava-Jato. A decisão é pessoal, mas já solicitou ao partido (PMDB) que o siga, juntando-se aos opositoristas. Nem bem oficializou o rompimento, Cunha já iniciou o processo de retaliação: anunciou a criação de duas CPI’s, do BNDES e dos fundos de Pensão, que estavam engavetadas, além de encaminhar ofício ao deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ) para que refizesse, em 10 dias, seu pedido de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff, por erro de formatação da exordial.

Com o mercado ainda digerindo a decisão do Deputado Federal Eduardo Cunha, veio a principal notícia do mês que decretou o viés negativo que permeava o mercado: o anúncio pela equipe econômica de diminuir a meta da economia para pagar os juros da dívida – o chamado superávit primário.

O governo decidiu cortar na carne ao anunciar redução da meta do superávit primário deste ano para R\$ 8,7 bilhões, ou 0,15% do PIB, ante R\$ 66,3 bilhões, ou 1,1% do PIB, devido à frustração da receita em meio a um cenário de contração econômica. As metas para 2016 e 2017 foram reduzidas para 0,7% e 1,3% do PIB, respectivamente, ante meta anterior de 2%.

Apesar do realismo e transparência, a decisão não foi bem recebida pelo mercado financeiro e deve alimentar apostas nas mesas de operação de que as agências classificadoras de riscos Fitch e Moody's podem, além de rebaixar o rating brasileiro para o último degrau do grau de investimento, colocar a nota brasileira em perspectiva negativa.

Na esteira desta notícia, a agência classificadora de riscos Standard & Poor's anunciou que manteve a nota de crédito do Brasil em "BBB-", mas alterou a perspectiva da nota de "estável" para "negativa". Com a revisão para baixo, o país ficou no último degrau antes de passar para o grau especulativo e perder o cobiçado selo de "bom pagador". A agência avalia que o país vai demorar mais que o esperado para voltar a uma trajetória de crescimento firme, e que há mais de 30% de chances de o ajuste econômico sofrer novo desliz. Destacou ainda que o país enfrenta desafios políticos e econômicos, apesar de uma correção significativa das políticas durante o segundo mandato da presidente Dilma.

Em um movimento amplamente esperado pelo mercado, o FOMC (Comitê Federal de Mercado Aberto) manteve a taxa de juro básica de curto prazo próxima de zero, por decisão unânime. Os integrantes do comitê avaliaram, ao fim da reunião de dois dias, que a economia e o mercado de trabalho continuam se fortalecendo, com sólidos ganhos no emprego e declínio no desemprego. Apesar de ver progressos no mercado de trabalho, o comitê disse que a taxa de inflação oscila abaixo de seu objetivo de longo prazo. Além disso, o PIB do país cresceu 2,3%. Ainda que abaixo da mediana das projeções de analistas, que era de expansão em 2,5%, o resultado corrobora para a percepção de uma possível alta dos juros na próxima reunião do FOMC, que ocorre em setembro.

Por aqui, ocorreu a 192ª reunião do Copom. Em decisão unânime, o comitê decidiu elevar a taxa Selic em 0,50 pontos percentuais, para 14,25% ao ano sem "viés". O comunicado pós reunião sugere que a autoridade monetária encerrou o ciclo de alta de juros. Apesar de a interpretação mais adequada do comunicado pareça ser que o ciclo de alta se encerrou, existe ainda alguma probabilidade de que a taxa Selic seja elevada na próxima reunião. Tal probabilidade é, sem dúvida, bastante menor do que a que existia até então.

Fechando o mês, o Banco Central divulgou que o déficit primário das contas públicas atingiu R\$ 45,7 bilhões nos últimos 12 meses terminados em junho. Considerando apenas o mês de junho, União, Estados e Municípios tiveram déficit de R\$ 9,3 bilhões, apurando o maior déficit já registrado em meses de junho desde o início da série histórica, em 2001. Em maio, o resultado negativo foi de R\$ 6,9 bilhões. Os números apresentados refletem o baixo desempenho da atividade econômica, além das dificuldades enfrentadas pelo governo na execução das medidas de recuperação de receitas.

Bolsa

Depois de fechar junho como o melhor investimento entre as aplicações de renda variável, o principal índice da bolsa, o Ibovespa, encerrou o mês julho na "rabeira" do ranking, ao registrar queda de 4,17%, aos 50.864 pontos. No ano, o índice acumula alta de 1,71%.

O giro financeiro médio diário na Bovespa caiu ainda mais no mês, somando R\$ 5,7 bilhões, o pior resultado desde julho de 2011. O montante representa uma queda de 9,5% ante junho, e de 5% na comparação com o mesmo mês de 2014.

O mau desempenho foi reflexo do anúncio do "drástico" corte na meta fiscal, que sinaliza um aprofundamento da crise econômica no país e piora o ambiente de negócios para as empresas brasileiras listadas na bolsa.

Renda Fixa

No mercado de juros futuros negociados na BM&FBovespa, a deterioração nos preços dos papéis nos vértices mais longos também foi motivada pela revisão da meta fiscal. Na curva a termo, os juros dispararam, em meio a um forte volume de contratos negociados.

A decisão do Comitê de Política Monetária do Bacen (COPOM) em elevar a taxa básica de juros em 0,50 pontos percentuais, para 14,25% ao ano, não surpreendeu o mercado. O sinal dado pela autoridade monetária no comunicado pós reunião sugere que o ciclo de alta do juro tenha chegado ao fim.

Os papéis com vértices mais curtos, que dão lastro aos fundos referenciados DI, Renda Fixa e Multimercados Juros e Moedas, registraram os melhores rendimentos do mês dentre as aplicações de renda fixa mais conservadoras. Essas aplicações são beneficiadas pela alta da taxa de juros, pois os ativos de suas carteiras tendem a acompanhar o comportamento da SELIC, agora estabelecida em 14,25% ao ano. O contrato DI com vencimento para janeiro de 2017 encerrou o mês cotado a 13,43%, enquanto o vencimento para janeiro de 2021 fechou a 12,79%.

Dentre os investimentos de renda fixa, que têm sua forma de remuneração definida no momento da aplicação, destaque negativo para as NTN-Bs mais longas, títulos públicos que pagam uma taxa de juro pré-fixada, mais a variação da inflação, medida pelo IPCA. Enquanto a rentabilidade do Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais 2035 (NTN-B) registrou queda de -4,48% no mês, o retorno do Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais 2050 (NTNB) caiu -5,59%.

Na família de índices IMA, o IMA-B, que reflete a carteira indexada ao IPCA, apresentou recuo -0,72%. Enquanto o IMA-B 5, que registra o retorno médio dos títulos com vencimento de até 5 anos, se destacou e cresceu 1,78%, o IMA-B 5+, carteira de títulos com prazo superior a 5 anos, desvalorizou -1,80% no mês.

Entre os papéis pré-fixados, a carteira de títulos com prazo de até 1 ano (IRF-M 1) valorizou 1,28%, enquanto a carteira com títulos acima de 1 ano (IRF-M 1+) apresentou avanço de 1,21%.

Consolidando os resultados da família de índices IMA, o IMA – Geral apresentou crescimento de 0,51% no mês.

Com a SELIC em 14,25% ao ano, a poupança fica ainda menos atrativa em relação às outras aplicações. Isso ocorre porque, enquanto a poupança rende sempre 0,5% ao mês mais a Taxa Referencial (TR) quando a Selic é superior a 8,5% ao ano, outras aplicações de renda fixa acompanham as altas da taxa.

Câmbio

Em pregão marcado pela volatilidade típica da última sessão do mês, em meio ao acirramento da disputa pelo fechamento da taxa Ptax, o dólar comercial subiu frente ao real e renovou a máxima no ano, fechando acima dos R\$ 3,40. A divulgação de dados fiscais mais fracos que o esperado contribuiu para aumentar a desconfiança com o cumprimento da já modesta meta de superávit primário para este ano, reforçando o temor com a perda do grau de investimento.

O dólar comercial subiu 1,57% para R\$ 3,4244, maior patamar desde 20 de março de 2003. Com isso, a moeda americana encerra o mês em alta de 10,16% e sobe 28,90% no ano.

O clima de aversão ao risco impulsionou a valorização da divisa. A moeda americana foi pressionada por preocupações com a situação política e fiscal do país, que se deteriorou no mês após o rompimento do Deputado Federal Eduardo Cunha com o governo, e o corte da meta fiscal anunciada pela equipe econômica.

A alta também foi sustentada pela leitura de que o Banco Central está confortável com a recente desvalorização do real, ao sinalizar a manutenção do ritmo de rolagem dos swaps cambiais que estão vencendo em setembro. O mercado entende que a autoridade monetária mostra a propensão de intervir menos no câmbio, aumentando as chances de manutenção da moeda neste patamar.

Perspectiva

O mês de agosto traz uma série de fatos que prometem mexer com os mercados ao longo das sessões diárias.

A presidente Dilma Rousseff terá um mês difícil e decisivo. O TCU (Tribunal de Contas da União) deve concluir o julgamento das contas de 2014 da gestão. O ministro Augusto Nardes, relator do parecer sobre as contas, apontou irregularidades como as "pedaladas fiscais", que seriam manobras para simular uma situação contábil melhor que a real. Tudo indica que o TCU recomendará a rejeição das contas ao congresso, a quem caberá a palavra final sobre o assunto. Nos bastidores, a presidente decidiu recorrer ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ao presidente do Senado, Renan Calheiros, para tentar reverter a tendência desfavorável. Opositores querem fazer da eventual reprovação o pontapé inicial para o processo de impeachment da presidente.

No TSE (Tribunal Superior Eleitoral), ações da oposição contra as contas da presidente na campanha eleitoral de 2014 também devem ser julgadas neste mês. O PSDB acusa a campanha petista de abuso de poder político e econômico por ter usado dinheiro proveniente de corrupção, o que tornaria a eleição da petista "ilegítima".

O Congresso pode ser outro obstáculo para a presidente. Após a volta do recesso de julho, senadores e deputados federais podem colocar em votação pautas que aumentam os gastos do governo e impor novas derrotas ao Executivo. Na pauta estão projetos que concretizam o chamado ajuste fiscal, como o que reduz as desonerações na folha de pagamento de empresas.

A Câmara sinaliza também com o engavetamento da regularização de recursos no exterior não declarados, a chamada repatriação de divisas, uma medida defendida pelo Executivo para elevar a arrecadação.

Além das medidas do pacote de ajuste fiscal, outras votações podem resultar em mais gastos. Como é o caso do projeto que amplia a correção do saldo do FGTS. Podem entrar na pauta as PEC's 300, que amplia o salário dos policiais militares em todo o país, e 443, que equipara os salários da AGU (Advocacia Geral da União) e de delegados da Polícia Civil aos do Poder Judiciário.

Além disso, movimentos contrários à presidente prometem realizar manifestações no país no dia 16.

Não é só a presidente que enfrenta turbulências neste mês. A operação Lava Jato vem respingando em políticos como Eduardo Cunha e pode produzir novos efeitos em agosto. Cunha e o ex-presidente e senador Fernando Collor (PTB-AL) correm o risco de serem denunciados nas próximas semanas.

Esse conjunto de fatos sugere um posicionamento de cautela na condução dos investimentos para os próximos dias.

Neste contexto, recomendamos manter uma carteira posicionada para os vértices mais longos em no máximo 60% (no máximo 10% em IMA-B 5+ ou IDKA IPCA 20A, o restante no IMA-B e IMA-Geral).

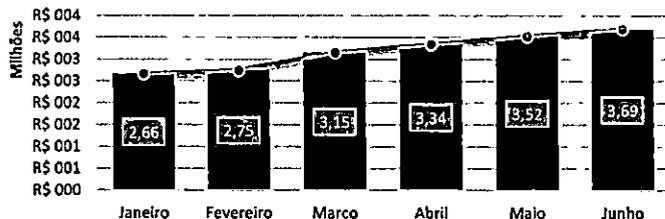
Os demais recursos devem ser direcionados para os vértices mais curtos, para ativos indexados ao CDI, IRF-M 1, IMA-B 5 ou IDKA IPCA 2A.

Na renda variável, mantemos nossa recomendação de uma exposição reduzida, pois não há percepção de melhora nos fundamentos que justifique elevar o risco da carteira no curto/médio prazos. Investimentos neste segmento devem estar direcionados para ativos que utilizam estratégias de gerar valor ao acionista, através de análises fundamentalistas.

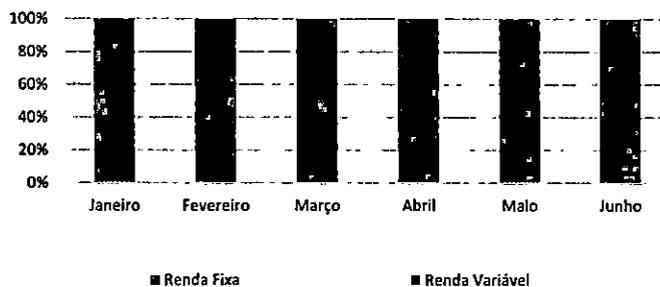


Relatório de Acompanhamento da Carteira de Investimentos
Junho De 2015

Evolução do Patrimônio no Ano



Distribuição por Segmento no Ano



Enquadramento Legal - Resolução CMN n.º 3.922/10

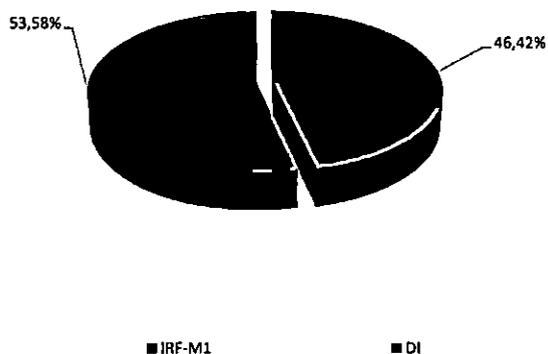
Tipo Fundo	Fundo de Investimento	Enquadramento	Limites Legais por % da Carteira fundo			Rentabilidade do fundo			Risco	
						Jun-15	2015	12 Meses	V@R ¹	Volatilidade ²
b) Renda Fixa										
IRF-M1	BB PREVIDENCIÁRIO RF IRF M1 TP FIC	Art. 7º Inciso I b	100%	46,42211%	0,91%	5,39%	10,76%	0,15%	0,31%	
DI	BB PREVIDENCIÁRIO RF PERFIL FIC	Art. 7º Inciso IV a	20%	53,57789%	1,09%	6,06%	12,07%	0,01%	0,02%	
Total em Renda Fixa				100,00%						
b) Renda Variável										
Total em Renda Variável				0,00%						

* As informações desses fundos (rentabilidade, VaR e volatilidade) foram extraídas do software Quantum Axis, calculado com base nos últimos doze meses.

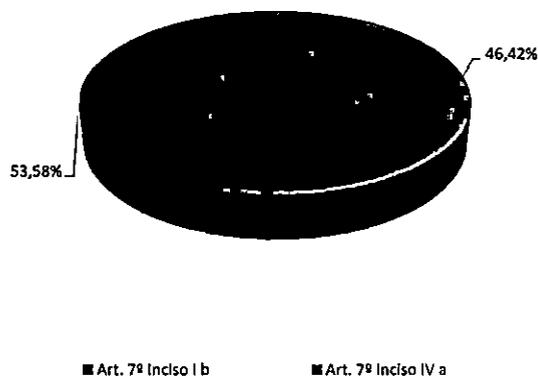
¹ A medida de risco do fundo utilizada é o V.A.R. - Value at Risk, que indica a maior perda esperada com base em simulação histórica, para o intervalo de 1 (um) dia e nível de confiança de 95%. É expresso em % sobre o Patrimônio Líquido do fundo. Ex.: para cada R\$ 1 milhão aplicado em um fundo com VaR igual a 0,10%, a perda máxima esperada para 1 dia é de R\$ 1 mil.

² Volatilidade: A volatilidade é uma medida de risco dos fundos. Formalmente, a volatilidade de um fundo é o desvio padrão da série de retornos do mesmo. Quanto maior a volatilidade de um fundo, maior o seu risco.

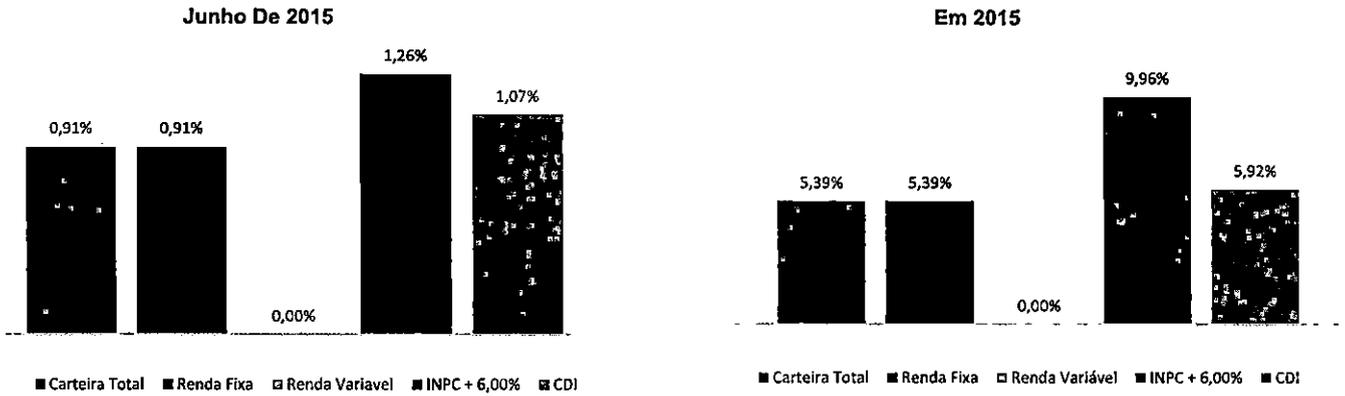
Distribuição por Parâmetro de Rentabilidade



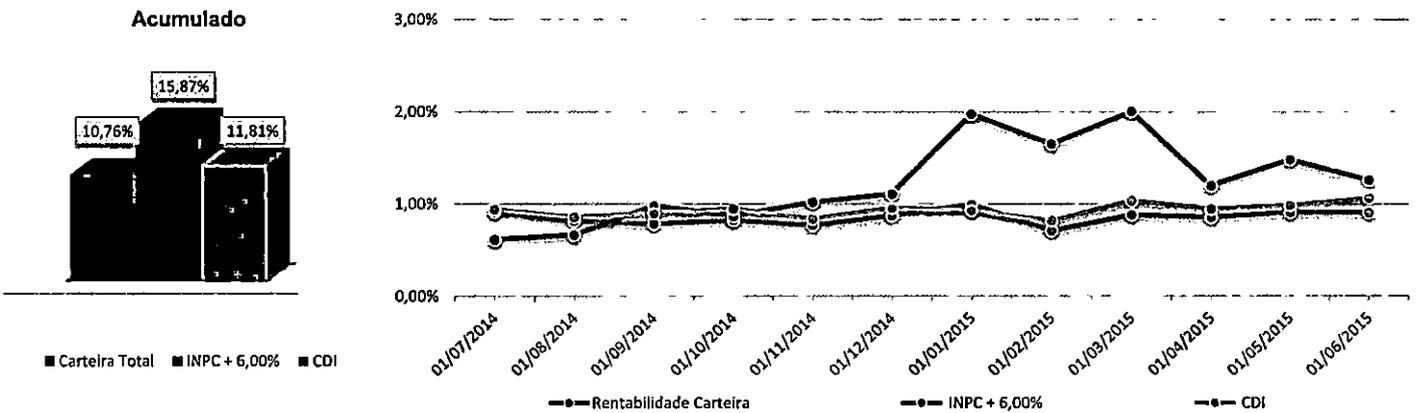
Distribuição por Enquadramento Legal



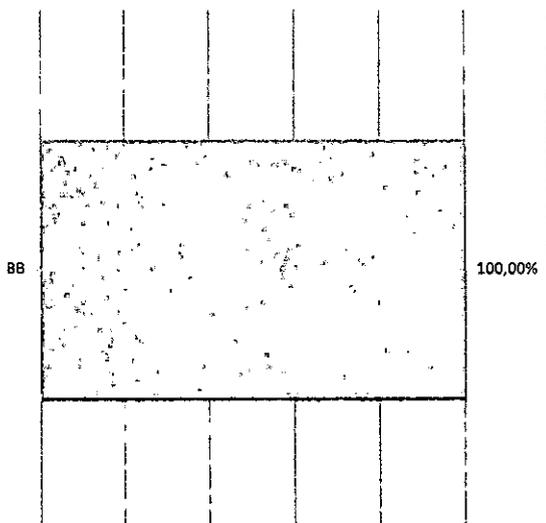
Rentabilidade da Carteira Total comparada com as Carteiras de Renda Fixa, Renda Variável e Meta Atuarial



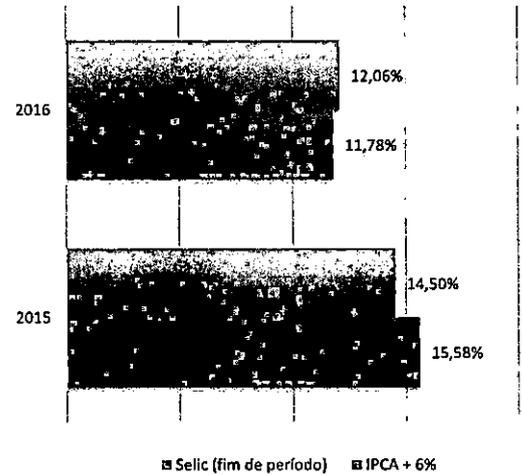
Rentabilidade da Carteira x Meta Atuarial nos últimos 12 meses



Total por Instituição Financeira

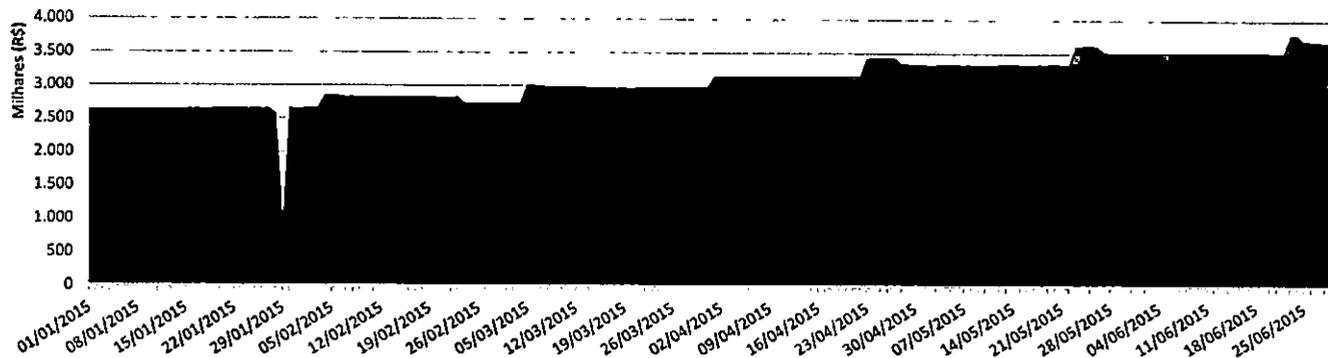


Projeção de Indicadores de Mercado

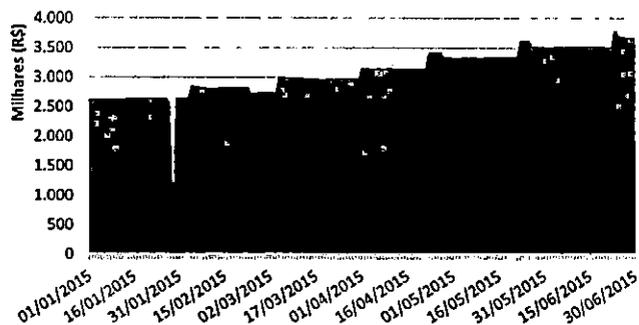


Fonte: Relatório Focus Banco Central

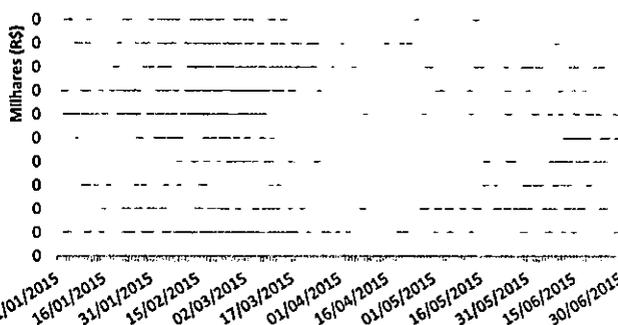
Evolução do Patrimônio Líquido no Ano - (em valores diários)



Evolução dos Investimentos em Renda Fixa no Ano



Evolução dos Investimentos em Renda Variável no Ano



Retorno dos Indicadores

INDICADORES	Rentabilidade em Junho	Rentab Trimestre	Rentab. Semestre	Rentabilidade em 2015	Rentab. 12 Meses
CDI	1,07%	3,03%	5,92%	5,92%	11,81%
IBOVESPA	0,61%	3,77%	6,15%	6,15%	-0,17%
IBRX	0,76%	3,94%	6,41%	6,41%	0,43%
ICON	1,93%	4,75%	6,51%	6,51%	12,57%
IDIV	-2,50%	1,45%	-4,84%	-4,84%	-22,66%
IDkA IPCA 2 Anos	0,84%	3,53%	8,01%	8,01%	12,38%
IDkA IPCA 20 Anos	-2,36%	11,06%	12,14%	12,14%	19,59%
IEE	0,17%	9,99%	11,38%	11,38%	7,54%
IGC	0,55%	2,46%	3,95%	3,95%	2,01%
IMA Geral ex-C	0,30%	3,71%	6,49%	6,49%	11,42%
IMA-B	-0,27%	4,79%	8,34%	8,34%	13,31%
IMA-B 5	0,85%	2,96%	7,46%	7,46%	12,08%
IMA-B 5+	-0,73%	6,03%	9,03%	9,03%	14,37%
INPC + 6,00%	1,26%	3,99%	9,96%	9,96%	15,87%
INPC	0,77%	2,49%	6,80%	6,80%	9,31%
IRF-M	0,32%	3,07%	5,18%	5,18%	9,68%
IRF-M 1	0,93%	2,75%	5,60%	5,60%	11,16%
IRF-M 1+	-0,04%	3,25%	4,95%	4,95%	8,89%

Evolução da Carteira por Distribuição de Produtos

